



# AÇÃO COMUNITÁRIA

## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

<b>GESTÃO:</b> 1989 - 1992	<b>MUNICÍPIO:</b> SANTOS	<b>U.F.:</b> SP
<b>PREFEITO:</b> Telma Sandra A. de Souza		
<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL:</b> Secretaria de Ação Comunitária		
<b>NOME DO RESPONSÁVEL:</b> Maria do Rosário Salles Gomes	<b>CARGO:</b> Secretária de Ação Social	
<b>IMPLEMENTADO EM:</b> 1991		
<b>FONTE:</b> Material produzido pela prefeitura.		
<b>N.º DE HABITANTES:</b> 400.000 habitantes ( aprox. )	<b>ORÇAMENTO:</b>	
<b>TEL:</b> (13) 3219-6769	<b>FAX:</b> (13) 3219-5159	
<b>E - MAIL:</b>	<b>SITE:</b> www.santos.sp.gov.br	

### EMENTA:

A implantação da Secretaria de Ação Comunitária em Santos, rompeu com o paradigma filantrópico que orientou as ações assistências das gestões anteriores. Em lugar disso, a prefeitura, inspirada em princípios progressistas, passou a buscar parcerias com a sociedade e a articular a ação do governo, através de políticas públicas de educação, saúde e abastecimento. Criando, assim, uma alternativa concreta à ação paternalista.

O **PTdoc** é um banco de dados virtual de Projetos de Leis, Políticas Públicas e Programas de Governo do PT. Acesse o **PTdoc** através da página <http://www.pt.org.br> e envie seus projetos ou sugestões para [snai@pt.org.br](mailto:snai@pt.org.br)

A prefeitura santista iniciou seu trabalho na área da assistência pública substituindo o antigo SASIST (Serviço de Assistência Social), ligado diretamente ao gabinete do prefeito, por um Departamento de Ação Comunitária (elevado ao status de Secretaria em 1991). A mudança não foi puramente semântica. A administração buscava criar uma identidade para suas intervenções, sinalizando também a disposição e a necessidade de estabelecer parcerias com a sociedade para o trabalho nessa área. Além disso, apontou a mudança de uma ação filantrópica, marca dos governos anteriores, por outra de caráter social mais progressista.

A cidade de Santos possui um perfil historicamente conservador nessa área: "Cidade da Caridade e da Liberdade" é o lema que ostenta o seu brasão.

A atuação dos governos anteriores pautou-se pelo repasse de verbas e recursos humanos da prefeitura para a iniciativa privada. Uma verdadeira rede filantrópica espalha-se pela cidade, formada de pequenos e grandes grupos, rotarianos, maçons, católicos, espíritas, etc. Um campo fortemente inclinado ao clientelismo e ao fisiologismo político populista. Não é de se espantar, portanto, que houvesse uma forte reação diante da decisão da administração em atuar diretamente na área social.

Dessa forma, coube à administração construir uma política para intervir nesse campo e ao mesmo tempo vencer as resistências despertadas, acenando com um trabalho em parceria.

Foi essa a ação seguida, nas palavras da ex-secretária de Ação Comunitária, Maria do Rosário Salles Gomes: "Primeiro, porque isso é um preceito até constitucional que se coloca muito: a necessidade do poder público, com a sociedade civil, estar encaminhando determinadas políticas. Segundo, que o vulto da questão social era uma coisa muito assustadora, com pouquíssimas iniciativas, com práticas absolutamente repressivas, e uma presença e uma hegemonia da iniciativa privada, através da filantropia.

E a gente queria sinalizar, do ponto de vista político, que nós queríamos inverter um pouco as relações, priorizar as iniciativas do poder público sem deteriorar a relação dessa filantropia. Tentar mexer um pouco na postura."

A Secretaria de Ação Comunitária (SEAC) foi criada em 1991. Sua concepção demonstrava o amadurecimento político-administrativo do governo. Caberia à SEAC a articulação de políticas a serem desenvolvidas pelo conjunto do governo, especialmente nos setores de Saúde, Educação e Abastecimento. Do ponto de vista político, buscava-se a criação de programas que marcassem uma alternativa concreta à assistência paternalista.

A proposta básica consistia em criar atividades compatíveis com esses segmentos carentes e marginalizados da população, capazes de gerar renda.

Havia a convicção de que esse seria o caminho para o processo de reestruturação psicossocial dessas pessoas e a possibilidade de sua reintegração à sociedade. A administração desenvolveu este trabalho através da implementação de serviços como a Casa de Retaguarda, o Centro de Atendimento à População e os Projetos Alternativos Comunitários.

A Casa de Retaguarda, criada no início de 1992, destinava-se a abrigar populações de rua e migrantes. Possuía capacidade para atender até 40 pessoas, por um período máximo de três meses.

A Casa oferecia moradia provisória e alimentação, acompanhamento psicológico e social, além de orientação visando inserir as pessoas em algum trabalho. Os usuários participavam diretamente das atividades desenvolvidas na Casa, colaborando na limpeza, manutenção e administração. Essa convivência, organizada através de reuniões sistemáticas, funcionava como uma dinâmica de reaproximação dos padrões sociais.

O Centro de Atendimento à População (CAP) concentrava a assistência às pessoas em dificuldades. O CAP executava o atendimento inicial recolhimento das ruas, cadastramento, higienização. O objetivo principal era prestar serviço social básico, com orientação, informações e auxílio. O CAP providenciava documentação pessoal e profissional, promovia cursos de alfabetização e oficinas de trabalho aos interessados. Essas oficinas visavam qualificar a mão-de-obra e gerar renda.

As oficinas oferecidas pelo CAP abarcavam atividades como artesanato, costura, produção de doces e salgados, confecção de faixas, cartazes e embalagens. A prefeitura entrava com o material inicial, a capacitação e a divulgação. A administração e a comercialização era feita diretamente pelas pessoas envolvidas. Além destas oficinas, que funcionavam nas próprias dependências do CAP, havia também um grupo trabalhando na separação de lixo reciclável na Usina de Asfalto da PRODESAN, no bairro da Alemoa, e outro que oferecia limpeza de terrenos baldios.

A proposta da administração foi a de estimular práticas de associação entre os trabalhadores, de forma a proporcionar progressiva autonomia destes em relação ao poder público. Segundo Maria do Rosário, "são formas de você organizar a população desempregada, para que ela possa estar se capacitando e nós, enquanto poder público, dar a infra-estrutura necessária para que eles possam se transformar em cooperativas de trabalhadores, o que não faz parte do nosso modelo cultural.(...) A nossa proposta é assim: num 1º estágio eles podem estar usando este maquinário, aprendem, depois começam a produzir.

No estágio da cooperativa ou da associação eles podem começar a se estruturar para comprar e cada vez mais o poder público vai saindo, o Estado vai saindo. Dá uma infra-estrutura básica e depois é autonomia mesmo."

O trabalho desenvolvido junto aos carrinheiros é um exemplo do que foram os Projetos Alternativos Comunitários. Vale destacar nessa linha de atuação o Projeto Menor de Rua, uma das prioridades da SEAC. Santos foi um dos municípios pioneiros na implementação do novo Estatuto da Criança, instalando em 1990 o Fórum da Criança e do Adolescente, composto por mais de 80 entidades, incluindo a SEAC. Em 1991 foi criado o Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com representantes da administração e da sociedade civil, vinculado ao gabinete da prefeita. Coube a ele participar da formulação e definição da política municipal de atendimento aos direitos e necessidades básicas dos menores de 18 anos, com poderes para controlar e fiscalizar o emprego e utilização de recursos destinados a esse fim.

O Projeto Menor de Rua, criado em abril de 1991, foi implantado inicialmente em alguns centros de convivência municipais, com o apoio do Centro de Atendimento à População e voluntários da comunidade. No decorrer desse ano, a SEAC formulou um projeto com suas propostas de trabalho e o encaminhou, no início de 1992, ao governo da Noruega. Ficou

acertado então um convênio entre a prefeitura e o governo daquele país para a construção de um lar-abrigo para os menores. Através de uma entidade, a Casa Emanuel, o governo norueguês enviou 100.000 dólares para a compra de um imóvel, equipamentos, uma kombi, material para a casa e sua reforma. Esse patrimônio pertence à Casa Emanuel.

A reforma do imóvel correu por conta da Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SEOSP). Coube à prefeitura, através da Secretaria de Abastecimento (SEAB), fornecer alimentos e também arcar com as despesas de água, luz, telefone, IPTU e combustível. A SEAC ficou responsável pelo gerenciamento e direção técnica do lar-abrigo, além de fornecer recursos

humanos, estruturar oficinas de geração de renda e apoio à entrada no mercado de trabalho, formal ou informal, e proporcionar atendimento psicossocial. Convênio com a Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) garantiu o trabalho pedagógico, cultural e artístico. Se uma das partes deixasse de atender os objetivos propostos, o convênio poderia ser rescindido num prazo de até 6 meses. A prefeitura conseguiu, através dessa parceria, inaugurar em junho de 1992 a Casa Fernando Ramos da Silva - Pixote, com capacidade para abrigar cerca de 30 crianças e adolescentes.

Ainda na área de atuação da SEAC, cabe destacar o programa de criação de creches municipais. Até 1988, a cidade contava com apenas uma unidade, que oferecia 60 vagas. Em setembro de 1989 foi inaugurada a primeira creche, com capacidade para 46 crianças entre 0 e 6 anos. Ao final da gestão, esse número havia sido elevado para nove, com capacidade para o atendimento de aproximadamente 860 crianças, além de outras três em construção. Uma conquista importante, especialmente para as mulheres trabalhadoras das classes populares.

A iniciativa conquistou o apoio da sociedade civil, materializado na parceria com empresas e entidades. Entretanto, alguns setores ligados à filantropia e que antes mantinham creches com o auxílio de recursos financeiros e humanos do poder público, viram-se prejudicados e questionaram a lógica de um programa que, ao invés de investir na manutenção dessa rede de creches já existentes, priorizou a construção de unidades próprias. Bem equipadas e prestando um atendimento de qualidade, as creches públicas foram acusadas de absorverem vultosos recursos e de atenderem objetivos político-eleitorais. Na gestão seguinte, essas creches passaram à responsabilidade da Secretaria de Educação.

Numa área tradicionalmente conservadora, como a da Ação Social, a administração conseguiu implementar programas inovadores e progressistas.

Nesse sentido, a atuação da SEAC foi ilustrativa de um trabalho que procura influir na cultura política do município. Não foram apenas criados mecanismos para contatar a opinião pública, mas também ofereceram-se novas visões e propostas que buscaram modificar essa opinião discutindo pontos polêmicos com a população. A capacidade de estabelecer parcerias e buscar recursos fora do âmbito da prefeitura foi outro aspecto que também merece ser destacado.